

EcoOsasco

ECOOSASCO AMBIENTAL S.A.
CNPJ nº 09.294.054/0001-81

GRUPO MARQUISE

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 2024

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)				Demonstrações do Resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro 2024 e 2023 (Em milhares de reais)		
	Nota	2024	2023	Nota	2024	2023
Ativo						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	4	17	749			
Contas a receber de clientes	5	40.298	28.369			
Estoque	6	2.240	2.423			
Impostos a recuperar	7	2.190	1.891			
Adiantamento de dividendos	8	11.279	330			
Outras contas a receber		3.836	2.890			
Total do ativo circulante		60.310	36.652			
Não circulante						
Realizável a longo prazo						
Depósitos judiciais	9	927	513			
Total do realizável a longo prazo		927	513			
Imobilizado	10	3.779	751			
Intangível	11	10.170	10.193			
Total do ativo não circulante		14.876	11.457			
Total do ativo		75.186	48.109			
Passivo						
Circulante						
Fornecedores	12	2.550	2.154			
Empréstimos e financiamentos		520	-			
Obrigações trabalhistas	13	5.631	5.090			
Obrigações tributárias	14	6.987	6.047			
Outras obrigações		278	221			
Total do passivo circulante		15.966	13.512			
Não circulante						
Empréstimos e financiamentos		569	-			
Partes relacionadas	15	29.172	1.000			
Provisão para contingência	16	6.437	3.096			
Impostos diferidos	14	4.319	4.342			
Total do passivo não circulante		40.497	8.438			
Patrimônio líquido	17					
Capital social		15.100	15.100			
Reservas de lucros		3.623	11.059			
Total do patrimônio líquido		18.723	26.159			
Total do passivo e patrimônio líquido		75.186	48.109			

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido (Em milhares de reais)				Demonstrações dos Fluxos de Caixa (Em milhares de reais)							
	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	Total						
Saldos em 31 de dezembro de 2022	15.100	3.020	2.359	-	20.479						
Distribuição de dividendos	-	-	(19.000)	-	(19.000)						
Lucro líquido do exercício	-	-	-	24.680	24.680						
Destinação dos lucros:											
Transferência para reserva de lucros	-	-	24.680	(24.680)	-						
Saldos em 31 de dezembro de 2023	15.100	3.020	8.039	-	26.159						
Distribuição de dividendos	-	-	(8.039)	-	(8.039)						
Lucro líquido do exercício	-	-	-	22.564	22.564						
Destinação dos lucros:											
Dividendo mínimo obrigatório de 25%	-	-	-	(5.641)	(5.641)						
Dividendos adicionais	-	-	-	(16.320)	(16.320)						
Transferência para reserva de lucros	-	-	603	(603)	-						
Saldos em 31 de dezembro de 2024	15.100	3.020	603	-	18.723						

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)									
1. Contexto operacional: A Ecoosasco Ambiental S.A., concessionária de serviços públicos de limpeza urbana, com sede e foro na Rua Manoel Antônio Portela, 270 - Bairro Presidente Altino, Osasco - SP, foi constituída em 8 de janeiro de 2008. É uma Companhia de capital fechado e de propósito específico, com sede na cidade de Osasco, São Paulo. As atividades da Companhia estão especificadas no contrato de concessão administrativa 017/2008, celebrado com a Prefeitura Municipal de Osasco em 12 de março de 2008, com duração de 30 anos. De acordo com o estabelecido, a Companhia é responsável: (a) pela coleta regular manual e pelo transporte, ao destino final, de resíduos sólidos domiciliares, de varrição e de ferros livres; (b) pela coleta regular e pelo transporte, ao destino final, de resíduos sólidos domiciliares oriundos de áreas de difícil acesso (fevelas); (c) pela coleta seletiva regular e pelo transporte, ao destino final, de resíduos domiciliares (material reciclável inerte); (d) pela coleta regular, pelo transporte, pelo tratamento e pela disposição final de resíduos sólidos de serviços de saúde; (e) pela implantação, operação, manutenção e pelo monitoramento do Aterro 2; (f) pela implantação e operação de Usina de Compostagem no Aterro 2; (g) pela implantação e operação de unidade de tratamento de resíduos de saúde no Aterro 2; (h) pela captura e pelo tratamento de efluentes líquidos e gasosos; (i) pela implantação, operação e manutenção de estação de tratamento de efluentes líquidos e gasosos no Aterro 2; (j) pela manutenção, pelo monitoramento e encerramento do Aterro 1; e (k) pela implantação de programa de conscientização ambiental, pesquisa, opinião e caracterização de resíduos. Contrato de concessão: O contrato de concessão firmado entre a Companhia e a Prefeitura de Osasco traz mudanças em relação aos contratos tradicionais de prestação de serviço. Além de resguardar a qualidade do serviço, pelo planejamento para médio, curto e longo prazos, tem a garantia da concessionária na realização dos investimentos necessários ao setor, de acordo com cronograma compartilhado pelas partes. 2. Apresentação das demonstrações contábeis: Declaração de conformidade: As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações Técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A autorização para a conclusão destas demonstrações contábeis foi concedida pela Diretoria em 04 de abril de 2025. a. Base de mensuração: As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma indicado. b. Moeda funcional e moeda de apresentação: Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. c. Uso de estimativas, julgamento e contingências: A preparação das demonstrações contábeis em conformidade com os CPCs requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Dessa forma, os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e pressupostos significativos de mudança de valor. b. Receita de prestação de serviço: A Companhia avalia os cinco passos para reconhecimento e mensuração da receita, conforme requerido pelo CPC 47/IFRS 15: 1- Identificar os tipos de contratos firmados com seus clientes; 2- Identificar as obrigações de <i>performance</i> em cada tipo de contrato; 3- Determinar o preço de cada tipo de transação; 4- Alocar o preço às obrigações contidas nos contratos; 5- Reconhecer a receita quando (ou na medida em que) a entidade satisfaz cada obrigação do contrato. As receitas referentes ao contrato de prestação de serviços com a Prefeitura do Município de Osasco são reconhecidas com base no estágio de conclusão do serviço na data de apresentação das demonstrações contábeis. O estágio de conclusão é avaliado pela referência do levantamento dos trabalhos realizados. Quando o resultado do contrato de serviço não pode ser medido de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida até o limite dos custos reconhecidos na condição de que os custos incorridos possam ser recuperados. Perdas em um contrato são reconhecidas imediatamente no resultado. Após análise detalhada dessas receitas, a Empresa concluiu que as mesmas são reconhecidas conforme contratos firmados, cuja obrigação de desempenho é atendida ao longo do tempo e o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber no momento em que os serviços são efetivamente transferidos ao cliente. As receitas de vendas e prestação de serviços são registradas pelo valor justo da compensação recebida ou a receber e estão apresentadas líquidas dos impostos incidentes sobre vendas e serviços, dos cancelamentos e abatimentos. A receita de venda de serviços é reconhecida no resultado quando o saldo a receber pode ser mensurado de forma confiável e é provável que os benefícios econômicos dos serviços prestados sejam gerados em favor da Companhia. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. As receitas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica Receitas financeiras. c. Contas a receber de clientes: Decorrentes, exclusivamente, de serviços faturados contra o Município de Osasco, registrados e mantidos no balanço patrimonial pelo valor nominal ou de realização, sujeito ao Ajuste a Valor Presente (AVP) dos títulos representativos desses créditos ou atualizados monetariamente, quando aplicável. A provisão para créditos de liquidação duvidosa, se aplicável, é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir eventuais perdas na realização dos créditos, tomando como base a análise individual dos créditos. d. Estoques: A Companhia mensura os estoques pelo custo médio de aquisição. Os ajustes, quando necessários, são efetuados conforme o valor justo. Os estoques estão demonstrados da seguinte forma: Materiais em almoxarifado nas unidades produtivas. e. Imobilizado: e.1 Reconhecimento e mensuração: Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (<i>impairment</i>), se aplicável. O custo histórico inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo histórico de ativos construídos pela própria Companhia inclui: "o custo de materiais e mão de obra direta"; "Qualquer outros custos para colocar o ativo no local e na condição de entrega, incluindo o custo de transporte e frete, quando aplicável"; e "qualquer outros custos para colocar o ativo em operação"; e.2 Custos subsequentes: Custos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado. e.3 Depreciação: Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do período baseado na vida útil econômica estimada de cada componente, com base nas taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 10. e.4 Arrendamentos: A partir de 1º de janeiro de 2019, todos os arrendamentos são contabilizados mediante o reconhecimento de um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento, exceto por: Arrendamentos de ativos de baixo valor; Arrendamentos cujos prazos são de 12 meses ou menos. Os passivos de arrendamento são mensurados pelo valor presente dos pagamentos contratuais devidos ao arrendador durante o prazo de arrendamento, sendo a taxa de desconto determinada por taxa de empréstimo incremental da Empresa. Os pagamentos variáveis de arrendamento são incluídos apenas na mensuração do passivo de arrendamento se dependerem de um índice ou taxa. Nessas causas, a mensuração inicial do passivo de arrendamento assume que o elemento variável permanecerá inalterado durante todo o prazo do arrendamento. Outros pagamentos variáveis de arrendamento são registrados no período a que se referem. Ativos de direito de uso são inicialmente mensurados pelo valor do passivo de arrendamento. A mensuração subsequente do passivo de arrendamento considera o aumento do saldo do passivo para refletir os juros incorridos; a redução do saldo do passivo para refletir os pagamentos efetuados e os ajustes no saldo do passivo por mensuração; para refletir qualquer reavaliação ou modificação do <i>leasing</i> ou para refletir pagamentos em substância fixos revisados. A mensuração subsequente do ativo de direito de uso considera o modelo de custo (adotado no reconhecimento inicial). Este modelo contempla o custo inicial reduzido de depreciações e perdas acumuladas por <i>impairment</i> e os ajustes adicionais de mensurações do passivo de arrendamento passíveis de ajuste no ativo de direito de uso. f. Ativo intangível: (i) Concessionárias de serviços públicos: Os bens adquiridos que fazem parte do objeto do contrato de concessão dos serviços públicos, referem-se substancialmente a tratores, veículos e terreno. Referidos bens são classificados como intangível e serão ao final do contrato revertidos para o poder concedente. Para os investimentos realizados (aquisições de veículos, máquinas e equipamentos, entre outros) e não depreciados e amortizados até a data de retomada dos serviços pelo Município, e ainda, para os investimentos não previstos no cronograma de pagamentos em substância fixos revisados. A mensuração subsequente do ativo de direito de uso considera o modelo de custo (adotado no reconhecimento inicial). Este modelo contempla o custo inicial reduzido de depreciações e perdas acumuladas por <i>impairment</i> e os ajustes adicionais de mensurações do passivo de arrendamento passíveis de ajuste no ativo de direito de uso. (ii) Gastos subsequentes: Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando estes aumentam os benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. (iii) Amortização: A amortização é reconhecida no resultado baseado-se no método linear baseada nas vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado. A Companhia revisa a vida útil dos bens integrantes do ativo intangível, sendo estabelecido o prazo de amortização de 5 anos. A revisão levou em consideração o uso esperado do ativo, avaliado com base na sua produção física esperada, desgaste físico normal esperado e a obsolescência técnica proveniente de mudanças ou melhoria na utilização dos bens. g. Demais ativos circulantes e não circulantes: Os demais ativos circulantes e não circulantes são demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos. h. Empréstimos e financiamentos: Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. l. Impostos correntes e diferidos: As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos: corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado. O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço no país em que a Companhia atua e de lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos no momento da emissão da fatura de prestação de serviço e sua realização ocorre no período do recebimento da referida fatura. Adicionalmente, é reconhecido o passivo de imposto de renda e a contribuição social relacionado com o diferimento de lucros não realizados oriundos de valores a receber da municipalidade, conforme permitido pela legislação do imposto de renda. O saldo de PIS e COFINS diferidos é reconhecido em decorrência da diferença temporal do critério de reconhecimento fiscal para o critério de reconhecimento contábil da Receita. Os saldos de PIS e COFINS diferidos são reconhecidos no mesmo momento do reconhecimento da receita. J. Exposições fiscais: Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se impostos e juros adicionais podem ser devidos. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada com relação a todos os períodos fiscais em aberto, baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. k. Demais passivos circulantes e não circulantes: Os demais									

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)									
passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos e exigíveis, e que seja provável a necessidade de recursos econômicos para liquidá-los. Quando aplicável, são acrescidos dos respectivos encargos e das variações monetárias ou cambiais. l. Instrumentos financeiros: Ativos financeiros: a) Classificação: No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA"); ou (iii) valor justo por meio do resultado ("VJR"). Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto. Um ativo financeiro é mensurado no VJORA somente se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançar tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que representam pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto. Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado. Adicionalmente, no reconhecimento inicial, a Companhia pode, irrevogavelmente, designar um ativo financeiro, que satisfaça os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, ao FVOCI ou mesmo ao FVTPL. Essa designação possui o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível descasamento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo. b) Reconhecimento e mensuração: As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os outros ativos financeiros não classificados como ao valor justo reconhecido no resultado. Os ativos financeiros ao valor justo reconhecidos no resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado no período em que ocorrerem. c) Valor recuperável (<i>impairment</i>) de ativos financeiros - ativos mensurados ao custo amortizado: A Companhia avalia no final de cada período de relatório se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros esteja deteriorado. Os critérios utilizados pela Companhia para determinar se há evidência objetiva de uma perda por <i>impairment</i> incluem: (i) dificuldade financeira significativa do emissor ou tomador; (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou de principal; (iii) probabilidade do devedor declarar falência ou reorganização financeira; e (iv) extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros. d) Desreconhecimento de ativos financeiros: Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente quando: (i) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e (ii) a Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo e assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo; ou (b) a Companhia não transferiu e não reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre esse ativo. Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo, ou tiver executado um acordo de repasse e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com esse ativo. Passivos financeiros: a) Reconhecimento e mensuração: Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja definido como mantido para negociação ou designado como tal no momento do seu reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo, incluindo mudanças no valor justo, e incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício. Os principais passivos financeiros da Companhia, que são inicialmente reconhecidos a valor justo, incluem fornecedores, empréstimos e financiamentos, obrigações com terceiros e permutantes e outras contas a pagar, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. b) Mensuração subsequente: Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos, fornecedores e contas a pagar são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge: Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo por meio do resultado. Impairment de ativos financeiros: A Companhia avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de <i>impairment</i> são incorridos somente se há evidência objetiva de uma ("evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. O <i>impairment</i> é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. Capital social: a. Ações ordinárias: Ações ordinárias e preferenciais são classificadas como patrimônio líquido. b. Dividendos: A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Companhia que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo circulante no grupo "Dividendos a pagar", por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Companhia. m. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não entraram em vigor em 31 de dezembro de 2024: Para as seguintes normas ou alterações, a administração ainda não determinou se haverá impacto significativo nas demonstrações contábeis da Empresa, a saber: a) Alterações na norma CPC 02 (R2) - exigem a divulgação de informações que permitam aos utilizadores das demonstrações contábeis compreender o impacto de uma moeda não ser cambial - eletiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2025.									
Caixa e equivalentes de caixa:									
	2024	2023							
Bancos - Conta movimento	17	749							
Contas a receber de clientes:	2024	2023							
Serviços ambientais - ativo circulante	40.298	28.369							
Encargos financeiros a receber - ativo não circulante	47.110	36.318							
(-) Perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa	(47.110)	(36.318)							
Circulante	40.298	28.369							
Dados dos saldos									
A vencer	14.185	14.485							
Vencidos a 30 dias	14.186	14.184							
Vencidos a 60 dias	11.927	-							
Vencidos a mais de 180 dias	47.110	36.318							
(-) Perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa	(47.110)	(36.318)							
	40.298	28.369							
Passivos financeiros:									
6. Estoques:									
	2024	2023							
Materiais em almoxarifado nas unidades produtivas	2.240	2.423							
Os estoques compõem-se de peças, materiais e equipamentos de manutenção da frota de veículos utilizados nos serviços da Companhia.									
7. Impostos e contribuições a recuperar:									
	2024	2023							
Créditos tributários correntes	9	11							
Imposto de renda (IRPJ)	844	711							
Contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL)	254	107							
Contribuição para financiamento da seguridade social (COFINS)	20	-							
Provisão social (INSS)	1.072	1.073							
	2.190	1.891							
8. Dividendos:									
a) Adiantamento de dividendos	2024	2023							
Marquise Serviços Ambientais S.A.	11.729	330							
9. Depósito judicial:	2024	2023							
Depósito recursal trabalhista	700	513							
Depósito judicial	227	-							
	927	513							
10. Imobilizado:									
	2024		2023						
	Taxas a.a.	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido				
Máquinas e equipamentos	20%	1.996	(1.632)	364	549				
Aparelhos e ferramentas	33%	344	(263)	81	87				
Instalações	10%	11	(2)	9	10				
Móveis e utensílios	14%	277	(195)	82	96				
Computadores e periféricos	33%	93	(91)	2	8				
Veículos - Imob. em andamento	-	3.241	-	3.241	-				
Telefonia	33%	9	(9)	-	1				
Direito de uso	20%	3.050	(3.050)	-	-				
		9.021	(5.242)	3.779	751				
A Companhia revisa a vida útil e o valor residual dos bens integrantes do ativo imobilizado. A revisão levou em consideração o uso esperado do ativo, avaliado com base na sua produção física esperada, o desgaste físico normal esperado e a obsolescência técnica proveniente de mudanças ou melhoria na utilização dos bens.									
Movimentação do custo corrigido	2023	Adições	Baixas	2024					
Máquinas e equipamentos	1.967	29	-	1.996					
Aparelhos e ferramentas	317	27	-	344					
(+) Adições	11	-	-	11					
Móveis e utensílios	257	22	(2)	277					
Computadores e periféricos	89	4	-	93					
Veículos - Imob. em andamento	-	3.241	-	3.241					
Telefonia	9	-	-	9					
Direito de uso	3.050	-	-	3.050					
	5.700	3.323	(2)	9.021					

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)									
11. Intangível:									
	Taxas a.a.	Custo corrigido	Amortização acumulada	Líquido	Líquido				
Concessões - veículos	20%	12.716	(11.418)	1.298	647				
Concessões - aterro sanitário	3,73 a 4,69%	15.795	(6.923)	8.872	9.546				
		28.511	(18.341)	10.170	10.193				
Movimentação do custo corrigido	2023	Adições	Baixas	2024					
Veículos	11.805	1.305							



★ continuação Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2024	2023	Diferido	2024	2023
(-) Exclusões			Atualização monetária do contas a receber	(10.792)	(575)
Atualização monetária do contas a receber	(10.792)	(575)	Lucros realizados no período	52.588	50.663
Lucros não realizados no período	(56.096)	(57.802)	Lucros não realizados no período	(56.096)	(57.802)
Total	(66.888)	(58.377)	Ajuste exercícios anteriores	-	(1.024)
(=) Base do IRPJ e CSLL	34.229	34.778	Impairment do contas a receber	10.792	575
Alíquota vigente	34%	34%	Provisão para contingência	3.341	2.242
(=) Imposto de renda e contribuição social	11.614	11.801	Depreciação fiscal x societária	366	1.868
(-) PAT	(92)	(82)	Base de cálculo do IRPJ e CSLL diferido	199	(4.053)
(=) Imposto de renda e contribuição social	11.522	11.719	IRPJ e CSLL diferido - alíquota 34%	34%	34%
				68	(1.378)

aprovação de ações necessárias à proteção dos recebíveis do Cliente. Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades consideradas de primeira linha. As ações preventivas começam pela escolha criteriosa das licitações, essa objetiva não apenas a simples captação de possíveis Contratos, mas também a garantia de futuros créditos saudáveis com o Ente Público. Nos editais são observadas e analisadas a existência, origem e disponibilidade dos recursos financeiros. **b. Risco de liquidez:** Historicamente, a Companhia não mantém passivos em atraso, refletindo na inexistência de ocorrências de protestos e ótima reputação com fornecedores, instituições financeiras, colaboradores e clientes. A Administração financeira visa a garantir recursos necessários não apenas para a liquidação diária dos compromissos, mas o suficiente para atender sem contratempos às necessidades de caixa, possibilitando uma gestão mais eficaz sem perdas financeiras ou riscos à reputação da Companhia. **c. Risco operacional:** As atividades empresariais da Companhia estão expostas a riscos decorrentes de suas operações. A utilização intensiva de veículos e equipamentos, conciliada à implementação de processos produtivos com emprego de mão de obra, possibilita a ocorrência de acidentes de trabalho. **24. Eventos subsequentes:** Não ocorreram fatos relevantes entre a data final do exercício e a data de aprovação da emissão dessas demonstrações contábeis.

Diretoria	Contadora
Hugo Nery dos Santos - Diretor Presidente	Daniele Cristine Capoulade - CRC - 021298-O-CE
Paulo Studart Neto - Diretor de Operações	

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Acionistas e Administradores da **Ecoosasco Ambiental S.A. - Osasco - SP**
Opinião sobre as demonstrações contábeis: Examinamos as demonstrações contábeis da Ecoosasco Ambiental S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ecoosasco Ambiental S.A., em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações

contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria

apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 04 de abril de 2025



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP - 013846/O-1

João Paulo Dias Neves
Contador - 1 BA 027946/O-6 - S - CE

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2021, que institui a Infraestrutura da Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Gazeta de S.Paulo em seu site de notícias. **AUTENTICIDADE DA PÁGINA.** A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link <https://publicidadelegal.gazetasp.com.br>